



PRAxis



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

ANO VII - Nº 68 - NOVEMBRO/DEZEMBRO 2012



Gestão CRESS-RJ

Balço de 2012 e a conjuntura em 2013

Páginas 6 e 7

Exercício profissional
Serviço Social com
população de rua
exige escuta

Página 3



Serviço Social nas UPAs
Desrespeito à
profissão e aos
princípios do SUS

Página 5

I Congresso Estadual
de Assistentes Sociais,
no Rio, será em maio

Página 9

Editorial**Possíveis razões para o crescimento da profissão**

Há poucas pesquisas para um fenômeno tão recente. Dados disponíveis, contudo, demonstram um impressionante crescimento do Serviço Social brasileiro na última década. Quando o Rio de Janeiro, em 2001, sediou o 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, éramos 60 mil profissionais. Chegaremos ao 13º CBAS, em Águas de Lindóia/SP, com o dobro deste número (segundo o CFESS, já somos cerca de 112 mil profissionais em atividade).

No Rio de Janeiro ocorre algo semelhante. Na primeira metade da década passada o número de assistentes sociais com registro ativo no CRESS crescia entre 500 e 600 pessoas por ano. Até 07 de dezembro último, já eram exatos novos 972 novos profissionais no ano de 2012. Enquanto você lê este editorial, muito provavelmente já são mil. Diferente do que muitos afirmam, o desemprego não é o problema número um de assistentes sociais na atualidade.

Entender o que ocorre com a profissão exige apreciar outros fenômenos. No mesmo período em questão houve ao menos duas alterações significativas nas políticas públicas brasileiras. Uma delas foi a criação do Sistema Único de Assistência Social. Seu formato de financiamento exige, em cada município, a presença de equipamentos públicos que contratam assistentes sociais. Outra alteração (cuja existência é polêmica na categoria) é a denominada "assistencialização das políticas sociais". Quem trabalha na cidade do Rio de Janeiro viveu esta perspectiva em anos recentes. Trata-se, em linhas gerais, de exigir que assistentes sociais atuem prioritariamente com políticas de assistência social (como identificação de potenciais usuários do Programa Bolsa Família, ou inscrições de usuários no Cad-Único), mesmo que estejam em políticas como saúde, educação, habitação ou previdência social.

Ter emprego não significa qualidade de trabalho. Cresce a apropriação, pelo Estado, de formas de gestão privada de recursos humanos. Nós, assistentes sociais, vimos sendo contratados por empresas terceirizadas; por contratos de prestação de serviços autônomos (sem direitos como férias e 13º salário). Chega-se ao cúmulo de contratação por "pregão": interessados em uma vaga apresentam projeto de trabalho e pretensão salarial; a proposta menos incômoda (política e financeiramente) é aprovada. Há que se debruçar sobre estes fenômenos para entender o atual momento do Serviço Social brasileiro.

Mas nem só da pesquisa virão as respostas. A organização e participação de assistentes sociais em entidades sindicais se mostra cada vez mais necessária.

Que tal iniciar 2013 se sindicalizando? Escolha um sindicato que você avalie ser politicamente interessante e filie-se!

A diretoria

Criada a Comissão de Empresas do CRESS-RJ

Cerca de 150 pessoas, entre profissionais e estudantes, participaram do Seminário Estadual sobre Serviço Social em Empresas, quando foi criada a Comissão de Empresa do CRESS-RJ. O evento aconteceu dia 29 de novembro, na UERJ, com o debate "Relação capital e trabalho: a atuação de assistentes sociais em empresas". A mesa foi composta pelas palestrantes Dácia Telles, assistente social da Petrobras; Lúcia Freire e Elaine Marlova, ambas assistentes sociais e professoras da UERJ. Moara Zanetti, vice-presidente do Conselho e, agora, coordenadora da nova comissão, mediu a mesa do seminário pensado pelo então existente Comitê sobre Serviço Social e empresa.

"Foi um debate muito rico, em que pudemos falar das possibilidades e limites do assistente social nesse campo. Os desafios estão postos", sintetizou Denise Nicácio, conselheira do CRESS-RJ, assistente social da Petrobras e uma das participantes da nova comissão. "O lançamento desta comissão representa um marco. É importante ressaltar que ela precisa ser alimentada pela categoria, sem a qual uma comissão não se sustenta politicamente. Por isso, reforçamos o convite a profissionais, estudantes, professores e pesquisadores para participar desse espaço e proliferar esse debate", ressaltou Moara Zanetti.

**CRESS-RJ sediou fórum sobre saúde no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro**

Logo após o Seminário Nacional "A atuação interdisciplinar nos sistema prisional brasileiro: desafios e perspectivas" (que aconteceu em Brasília, no dia 9 de novembro), a capital fluminense realizou, no dia 26 do mesmo mês, o IX Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (FPSSP-RJ), na sede do CRESS-RJ. "Dilemas éticos do exercício profissional e as condições de trabalho nas prisões do Estado do Rio de Janeiro" foi o tema debatido. Além do CRESS, estavam presentes os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Psicologia, Odontologia e Nutrição.

No evento, o CRESS-RJ apresentou os dados da pesquisa realizada pela COFI, em 2011, sobre a precarização das condições do trabalho no sistema prisional. Das 51 unidades prisionais do estado, 35 preencheram o relatório.

Das unidades pesquisas, 50% não contam com apoio administrativo e 70% não têm apoio para serviços externos. Apenas 45% das unidades pesquisadas têm garantia de reserva de sigilo e 13% das unidades sequer têm sala de atendimento.

Há campos de estágio em 51% das unidades. Em 2004, apenas 23% das unidades eram utilizadas como campo de estágio.

Entretanto, a maioria da categoria vem tentando enfrentar esse quadro, a partir da elaboração de projetos de intervenção do Serviço Social.

Durante a realização do Fórum, foi informada a intenção do poder público privatizar a saúde pública nos presídios fluminenses por meio de gestão via Organizações Sociais (OS). Os conselhos profissionais presentes assumiram um compromisso coletivo de atuar coletivamente na defesa dos direitos da população carcerária e dos profissionais que atuam no sistema penitenciário.

PRAxis

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
7ª REGIÃO - Nº 68 - Novembro/dezembro 2012

Presidente: Charles Toniolo de Sousa

Vice-Presidente: Moara Paiva Zanetti

1ª Secretária: Elizabeth Souza de Oliveira

2ª Secretária: Sílvia Dabdab Calache Distler

1ª Tesoureira: Edenilza Silva Cesário

2ª Tesoureira: Eduardo Nascimento de Carvalho

Conselho Fiscal: Telma Pitê Gomes, Leandro Rocha da Silva, Michele Pontes da Costa

Suplentes: Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Lobélia da Silva Faceira, José Rodolfo Santos da Silveira, Hilda Corrêa de Oliveira, Denise Nicácio Pereira, Loraine Rocha Vigo, Jolison Santana Marques Junior, Josélia Ferreira dos Reis, Carlos Felipe Nunes Moreira

Comissão de Comunicação e Cultura: Ana Lucia Vaz, Carlos Felipe Nunes Moreira, Charles Toniolo de Sousa José Rodolfo Silveira dos Santos, Leandro Rocha da Silva, Moara Paiva Zanetti, Michelle Moraes, Nelma Espindola, Conceição Maria Vaz Robaina, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque e Allan Botelho

Seccional Norte e Nordeste Fluminense - Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliâne Cardoso D'Almeida

Secretária: Rosângela Maria A. Benevides Guimarães

Tesoureira: Júnia de Souza Elias

Suplentes: Thais Tavares Bernardo, Irai Martins Bohrer, Ana Teresa de Sá Santos Cezário

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003
Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Paula de Almeida Pereira

Secretária: Liliâne Rocha Ribeiro

Tesoureira: Larissa Fagundes Costa

Suplentes: Natália Reis de Oliveira, Isabela Carvalho Silva Sobreira, Mitchelly de Barros Silva Santos

Jornalistas Responsáveis: Ana Lucia Vaz (MTB/RJ 18058) e Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)

Design gráfico e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset - **Tiragem:** 14.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - **e-mail:** comunicacao@cressrj.org.br

Acesse www.cressrj.org.br

Exercício Profissional

Abordagem de rua Um trabalho eficaz exige escuta



“A primeira coisa que eu fiz na rua foi uma pesquisa. E, pra minha surpresa, descobri que o que mais incomoda quem mora na rua não é a fome ou a falta de um teto, mas o preconceito, a discriminação e a indiferença.” A constatação é de Marcelo Jaccoud, assistente social do Serviço Especializado de Abordagem Social do CREAS Zilda Arns, em Campo Grande, município do Rio, que conta com outras duas assistentes sociais: Karla Mônica e Denise Assunção e é dirigido pela também assistente social Adriana Gonçalves.

“Então, o que fazer para enfrentar essa situação de isolamento? Dar voz!” Por isso, a equipe criou um grupo de convivência, explica Marcelo.

Toda semana as pessoas em situação de rua sensibilizadas pelo trabalho de abordagem do CREAS se reúnem em sua sede. O primeiro objetivo é promover o entrosamento entre elas, fundamental para quem perdeu vínculos sociais e familiares. Além disso, as reuniões servem para discutir o que cada um está fazendo para sair da rua. “A pessoa foi parar na rua porque teve algum problema e precisa achar saída para ele.” Por isso, Marcelo garante: “Ninguém tira ninguém da rua.”

Além da abordagem quase diária e das reuniões semanais, a equipe realiza diversas atividades, como passeios ao teatro, ao circo e à praia. Também visita e recebe, nos encontros semanais, instituições com quem a população em situação de rua mantém alguma relação, como Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Hospital Geral, Polícia Militar e Centro Municipal de Trabalho e Renda.

“Outra chave no trabalho com essa população é a conquista”, explica Marcelo. “Fizemos um churrasco para comemorarmos os aniversariantes do mês. Quem morava na rua levou carne ou refrigerante. Quem tinha casa levou arroz, maionese e farofa. Valorizar o que cada um pode conquistar – a capacidade de fazer um simples churrasco, por exemplo – é muito importante.”

Os resultados do trabalho saltam aos olhos de quem participa dele. Mas também pode ser mensurado. Em 2011, 95 pessoas em situação de rua acompanharam com certa regularidade o grupo de convivência do CREAS de Campo Grande. Dessas, 33 voltaram para suas casas ou conseguiram uma nova e 24 permanecem em abrigos. Ou seja, 60% deixaram a rua.

Antes do CREAS de Campo Grande, Marcelo Jaccoud trabalhou na Embaixada da Liberdade, equipamento inaugurado pela Prefeitura em dezembro de 2009, perto da região de venda de crack de Maguinhos e Jacarezinho.

A Embaixada atendia crianças e adolescentes usuários



Ato pelos direitos da população de rua, dia 10 de dezembro. Acima, foto menor, Marcelo Jaccoud

de crack, de acordo com a política de redução de danos. Sempre de portas abertas, a Embaixada atendeu mais de mil pessoas em menos de um ano. Os meninos e meninas tinham banho e comida, podiam dormir e participar de oficinas de carnaval, capoeira, beleza, hip-hop etc. Havia também uma equipe multidisciplinar, com assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e pedagogo. “Enxergar aquelas crianças e adolescentes como de fato eram — crianças e adolescentes e não usuários de drogas — fez toda a diferença. A Embaixada é uma alternativa viável e muito mais eficaz do que o recolhimento compulsório”, diz Marcelo.

Em 2010, com a ocupação militar do Complexo do Alemão, a Embaixada foi fechada e não abriu mais. Apesar do abaixo-assinado dos moradores de Maguinhos e Jacarezinho pedindo ao poder público para reabri-la.

Recolhimento compulsório

Diariamente, equipes de agentes da SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social) da Prefeitura do Rio levam pessoas que estão nas ruas do Centro e Zona Sul da cidade para um abrigo em Paciência. Para Marcelo, “essa ação afasta as pessoas dos seus vínculos familiares e comunitários, o que é contrário aos objetivos da política nacional de assistência social”.

Algumas dessas operações são realizadas com o apoio da polícia. O resultado, segundo Marcelo, é que “os usuários acabam identificando a assistência social com ações de repressão. Se não preciso de um policial na porta da minha sala de atendimento, também não preciso de um ao meu lado quando atendo pessoas na rua.”

Trabalhos desenvolvidos durante anos por equipes

profissionais, como a que Marcelo Jaccoud compõe, estão ameaçados pela política da Prefeitura.

Assistentes sociais em recolhimentos?

No início do primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes, a violência com que os recolhimentos eram feitos chegou a provocar denúncia de assassinato e investigação do Ministério Público. A Prefeitura teve que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), comprometendo-se a não recolher à força e a garantir a presença de um assistente social nas ações.

Mas o assistente social não coordena nem participa do planejamento dessas ações.

Marcelo Jaccoud participou de uma dessas operações no Parque União: “O resultado é inócuo”. Os agentes não conhecem a rede de serviços e a única coisa que se oferece é o abrigo em Paciência, a 70 km do centro do Rio. “As pessoas aceitam ir só para almoçar e, em alguns casos, comprar drogas na boca de fumo que fica ao lado do abrigo”, afirma Marcelo. A Prefeitura dá carona.

O papel dos assistentes sociais em uma abordagem na rua é identificar demandas e articular e promover a inserção dos usuários na rede de serviços locais. Para isso, são fundamentais a escuta e o conhecimento do território.

Para fortalecer a atuação dos assistentes sociais, o CRESS-RJ está elaborando um termo de orientação que auxilie os profissionais na afirmação dos princípios ético-profissionais. O trabalho do assistente social com população em situação de rua deve fortalecer os direitos desta população. Corroborar com práticas que, além de serem comprovadamente ineficientes, violam os direitos humanos, fere a ética profissional.

Consciência Negra

Populações quilombolas Desafios na garantia de direitos

A comunidade de remanescentes de quilombos de Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 1999, recebeu sua certificação definitiva no início de 2012. Em novembro, a comunidade conseguiu que a escola municipal da região fosse reconhecida como pertencente ao Quilombo. “Isso significa que ela tem que oferecer ensino diferenciado, de acordo com a cultura da comunidade”, explica Emerson Ramos, um dos fundadores da ARQUISABRA (Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santa Rita do Bracuí).

Segundo Emerson, até 2011, a Prefeitura de Angra dos Reis ignorava o decreto de 1999. Em 2005, foi criada a ARQUISABRA. A relação com a Prefeitura era de enfrentamento. Quando a Prefeitura tentou asfaltar a estrada da região, contra a vontade da comunidade, Emerson estava entre os jovens que se colocaram diante das máquinas. Desde 2011, segundo Emerson, “abriram-se canais de diálogo”. Na sua opinião, isso se deve à pressão da própria comunidade, mas também do governo federal.

Em 2011, foi inaugurada estátua em homenagem a Zumbi do Palmares, no centro de Angra. A tensão entre comunidade e Prefeitura, porém, permanece. “Eles querem urbanizar isso aqui, transformar em área urbana e cobrar IPTU”, critica Emerson. A especulação imobiliária também ameaça.

Na Ilha de Marambaia, em Itacuruçá, a disputa pelo território é com a Marinha, que considera a Ilha área de segurança nacional. A comunidade quilombola, residente ali há cerca de 150 anos, conseguiu, em 2006, a certificação da Fundação Palmares. Mas desde 1971, quando a Marinha assumiu a Ilha, a comunidade vive sob tensão. Por um lado, os serviços públicos passaram a ser controlados pela Marinha. Por outro, a Marinha impôs regras e promoveu ações judiciais que ameaçam a permanência das 135 famílias remanescentes de quilombos.

A luta pela titulação da terra, na Ilha, tem significado especial, pois, com o título, a comunidade poderá cobrar diretamente dos governos seu direito aos serviços públicos.

Cad-Único e Bolsa Família nos quilombos

Em 2011, o governo federal determinou o cadastramento das populações quilombolas no Cad-Único. Foram treinados entrevistadores das comunidades para realizar o trabalho. Emerson foi um deles. Através do Cad-Único, muitas famílias tiveram acesso ao Programa Bolsa Família e a outros programas do governo federal.

Na região atendida pelo CRAS de Bracuí, além da

comunidade quilombola, há uma comunidade indígena. Por isso, segundo Áurea Morita, psicóloga, o Centro de Referência precisaria ter também um antropólogo. As assistentes sociais, Andrea Moraes e Bruna Luz chegaram ao CRAS há poucos meses.

A expectativa, com a comunidade quilombola, é “construir um trabalho conjunto que possa reconhecer e valorizar a cultura”, afirma Bruna. Por enquanto, porém, não há nenhum trabalho específico. Mesmo o recadastramento do Cad-Único é difícil. As ações e atividades do CRAS acontecem de segunda a sexta, no horário de expediente, quando a maior parte da população quilombola está trabalhando.

Na prática, o CRAS acaba limitado ao repasse dos programas do governo. Segundo Andrea, elas buscam “ouvir as demandas das comunidades e levar ao poder público”, mas são muito pouco ouvidas. Em geral, os programas vêm de cima para baixo, muitas vezes em desacordo com a realidade local.

Na Ilha de Marambaia, o Bolsa Família é o “carro-chefe” a ação do CRAS de Itacuruçá. Mas as assistentes sociais ampliaram o trabalho, com visitas semanais e reuniões periódicas com os moradores. A partir destas visitas e reuniões, a equipe que atua com a política de assistência social procura articular atividades com outras áreas sociais. Trabalhos conjuntos com equipes de saúde e educação, entre outros, vêm sendo desenvolvidos.



Andréa, Emerson e Bruna na sede da Arquisabra

Mas a tarefa é difícil. Além da distância – são 40 minutos de barco – o único transporte é o barco da Marinha, que sai de Itacuruçá às 7h e retorna às 15h, se a maré não obrigar a mudar o horário. Chegando à Ilha, o único meio de locomoção são os pés. Para chegar a algumas famílias, é preciso caminhar até uma hora e meia.

Por fim, o trabalho tem que ser feito em espaços cedidos pela Marinha e com sua autorização. Exatamente num território em disputa entre a comunidade e a Marinha.

Quilombos: do direito legal ao direito efetivo

A Constituição Federal de 1988 reconhece a importância cultural das comunidades de remanescentes de quilombos e, em suas disposições transitórias, afirma que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Em 2003, decreto presidencial regulamentou o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dessas terras.

A Fundação Cultural Palmares é responsável pela certificação das comunidades. O processo de certificação inicia-se com o pedido da própria comunidade. A titulação das terras depende do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Segundo estimativa do INCRA, existem mais de três mil comunidades quilombolas no Brasil. A Fundação Palmares já certificou cerca de 1.700. Apenas 27 no Rio de Janeiro. A certificação permite à comunidade o acesso a alguns programas sociais, como Bolsa Família e ADA (Ação de Distribuição de Alimentos).

Apenas 109 territórios quilombolas já tiveram seu direito à terra oficializado. Destes, dois estão no Rio de Janeiro. O direito de posse dos remanescentes de quilombos tem caráter coletivo e não pode ser vendido. Mas entre o reconhecimento do valor social e cultural e a posse da terra há os interesses territoriais – econômicos e militares – a serem enfrentados pelas comunidades.

Serviço Social nas UPAs

Luta por respeito à profissão

A maioria das assistentes sociais que trabalha em Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) é requisitada a procurar vaga para internação em hospitais. Também lhes são atribuídas tarefas como chamar ambulância, buscar vaga para exames, marcar consultas. Entre as tarefas atribuídas a assistentes sociais, em muitas UPAs, está desde a guarda de pertences perdidos até o preenchimento de formulários administrativos para controle de pessoal.

Em caso de óbito, o assistente social pode ser solicitado a comunicá-lo à família e preencher declaração de óbito, atribuições legais dos médicos. Também alguns procedimentos burocráticos relativos ao corpo são, muitas vezes, cobrados ao Serviço Social.

O desrespeito às atribuições profissionais de assistentes sociais tem sido a regra nas UPAs. Com isso, as atividades próprias ao Serviço Social, de orientar e facilitar o acesso dos usuários aos seus direitos, fortalecer as redes, planejar estratégias e ações coordenadas, ficam comprometidas. Os profissionais ficam sobrecarregados de atividades burocráticas, muitas vezes sem a possibilidade de criar estratégias próprias do Serviço Social.

Para dificultar ainda mais as atividades próprias do Serviço Social, a maior parte das salas não oferece condições de sigilo no atendimento aos usuários, sendo local de guarda de pertences, achados e perdidos, central telefônica etc.

Reverter a situação não é fácil por vários motivos. O mais evidente é o fato de a maioria dos assistentes sociais trabalharem em plantão de 24 horas, não realizando reuniões periódicas ou com frequência muito esporádica, em boa parte das UPAs. Com isso, a equipe mal se conhece. Ou melhor, nem é possível falar em equipe. Até mesmo a coordenação do serviço só foi implantada após muita pressão dos profissionais, com o apoio do CRESS-RJ.

Desde 2008, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS-RJ acompanha a luta dos assistentes sociais nas UPAs por melhores condições de atendimento aos usuários. Entre as medidas, houve várias tentativas de reunião com o secretário estadual de Saúde, Sérgio Cortes, que nunca nos recebeu. Também houve duas denúncias ao Ministério Público contra o desrespeito às atribuições profissionais.

UPAs: a saúde distante do SUS

A criação das UPAs, a partir de 2007, inspirou-se na lógica de força-tarefa típica das campanhas do exército. Coerente com esta concepção de atendimento à saúde, as UPAs foram geridas pela fusão das Secretarias



No dia 12/11, o cress-rj se reuniu com 218 assistentes sociais para discutir os problemas atuais e as formas de enfrentá-los coletivamente.

Estaduais de Saúde e de Defesa Civil, sob o comando militar do Corpo de Bombeiros. Em 2008, 90 assistentes sociais ingressaram nas UPAs através de concurso público, tornando-se também militares. Hoje as Secretarias separaram-se novamente. As UPAs ficaram sob responsabilidade da Saúde, mas a lógica fundamental de gestão permanece.

A redução do trabalho de assistentes sociais às tarefas burocráticas e de assessoria a outros profissionais parece coerente com uma concepção de força-tarefa. Segundo Juliana Bravo, membro do Fórum Estadual contra a Privatização da Saúde, a UPA se destina a “reduzir tensão, atender questões imediatas, mas não se articula com o sistema de saúde, nem com a atenção básica, nem com o atendimento de alta complexidade.”

A lógica de funcionamento das UPAs vai contra os princípios definidos na Constituição de 1988 e regulamentados na lei do SUS (Sistema Único de Saúde). No SUS, há uma visão ampla de saúde, que significa bem estar, condição saudável de vida. Isso exige trabalho de

prevenção e promoção da saúde, não somente de medicação da doença, muito menos, de simples atendimento imediato.

Sem articulação com a rede de serviços e subvalorizando o Serviço Social, as UPAs acabam servindo muito bem somente para o marketing eleitoral.

A lucrativa privatização das UPAs

Desde 2009, as UPAs vêm sendo transferidas, algumas para as administrações municipais, algumas para fundação de saúde. Muitas passaram a ser administradas por Organizações Sociais (OSs). De acordo com levantamento feito pelo SINDSPREV (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência Social), os contratos de gestão de UPAs do governo do Estado

com as OSs custam, em média, R\$ 20 milhões/ano. É difícil acreditar que este contrato signifique economia para os cofres públicos.

Ao mesmo tempo, as relações de trabalho vão sendo precarizadas. Sob a direção do Corpo de Bombeiros, as atribuições profissionais de assistentes sociais já eram desrespeitadas, submetidas à hierarquia militar. O Corpo de Bombeiros saiu de muitas unidades, mas as atribuições continuaram sendo desrespeitadas. Com o agravante de surgirem os mais diferentes tipos de contrato de trabalho, nenhum deles que assegure estabilidade e segurança no emprego, comprometendo as ações profissionais.

Juliana afirma que um dos principais problemas da saúde pública é que o SUS nunca foi realmente implantado. Para ela, a política privatista prevaleceu e criou-se apenas “uma política pobre, para pobres”, não um sistema universal, como era previsto na Constituição. Pouco mais de 50% dos gastos em saúde, no Brasil, são do sistema privado. Ou seja, o SUS é só para “quem não pode pagar”, conclui Juliana.

O enfrentamento é coletivo

No evento do CRESS-RJ com os assistentes sociais, foi enfatizada a importância da categoria enfrentar esse quadro coletivamente. Produzir projetos de intervenção das equipes de Serviço Social é uma das estratégias. Não apenas no âmbito do Serviço Social.

O CRESS assumiu o compromisso de potencializar a articulação já existente com outros conselhos profissionais, assim como com sindicatos de trabalhadores da saúde, como o SINDSPREV. Pois é necessário, também, um processo de organização sindical dos profissionais que atuam nas UPAs.

É importante, ainda, fortalecer os movimentos que hoje atuam contra a privatização da saúde pública. Mas para isso, é de fundamental importância o compromisso e a participação da categoria, tanto no cotidiano do trabalho como nos espaços coletivos, na defesa das nossas atribuições, competências e na luta por seus direitos como trabalhadores.

CRESS-RJ mais próximo do cotidiano da categoria

O principal foco das ações do Conselho, este ano, foi aproximar a entidade do dia-a-dia da profissão. Foram criados 11 núcleos regionais em todo o estado. Quatro cursos sobre Ética e Exercício Profissional já foram realizados e muitos estão por vir. A Comissão de Direitos Humanos, criada este ano, foi fundamental para articular respostas às violações cometidas pelos governos. O Seminário Nacional sobre Organização Sindical envolveu assistentes sociais no debate urgente sobre as estratégias para defender nossos direitos como trabalhadores. Essas foram algumas das principais contribuições do CRESS-RJ para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, através da capacitação continuada, orientação dos profissionais e organização coletiva da categoria.

Política de nucleação



Nucleação: O CRESS-RJ, efetivamente, se interiorizando

De 9 de outubro a 6 de dezembro de 2012, foram criados 11 núcleos de assistentes sociais no estado do Rio de Janeiro. Todos os eventos de criação dos núcleos contaram com a presença de conselheiros do CRESS-RJ, sede e seccionais, e com a participação de dezenas de assistentes sociais das regiões.

A ampla participação nestas reuniões demonstrou o acerto da política de interiorização do Conselho, iniciada há algumas gestões com os mini cursos do mês de maio. Em 2013, os núcleos recém-criados poderão contribuir para a organização política de assistentes sociais, produzindo políticas para um exercício profissional sintonizado com o projeto ético-político da categoria.

Direitos humanos

A criação da Comissão Temática de Direitos Humanos do CRESS-RJ abriu frente de atuação importante para um conselho de profissionais comprometidos com a garantia de direitos. No Rio de Janeiro, a comissão ganhou visibilidade inclusive na mídia comercial com as denúncias à política da Prefeitura de internação compulsória de supostos usuários de crack.

O relatório produzido pelo CRESS, Conselho Regional de Psicologia (CRP) e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) teve repercussão nacional e internacional, afirmando a posição de defesa dos direitos humanos e de ações que sejam realmente eficazes no tratamento do uso nocivo de drogas.



O Conselho criou o curso Ética e Exercício Profissional, com duração de dois dias

Para 2013 está prevista a publicação de uma cartilha orientando profissionais sobre como agir diante de violações de direitos humanos, identificadas no cotidiano do seu trabalho profissional.

Ética e Exercício Profissional

O curso faz parte da política de orientação vinculada à educação continuada, e é coordenado por duas Comissões: de Direitos Humanos e Ampliada de Ética. Inspirado no curso “**Ética em Movimento**”, curso anual do CFESS desde 2000, o CRESS-RJ criou o curso Ética e Exercício Profissional, com duração de dois dias e carga horária de 16 horas. O curso começou a ser oferecido em outubro de 2012.

Em 2012, já foram realizados três cursos no Rio de Janeiro, voltados às áreas de Previdência, Educação e Organizações de Defesa de Direitos Humanos; e um em Volta Redonda. O curso será realizado todo mês (exceto maio), até o final da atual gestão, incluindo as regiões dos núcleos do interior. O objetivo é viabilizar a participação do maior número possível de profissionais de Serviço Social.

Organização sindical

Proposto pelo CRESS-RJ e aprovado no Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS de 2011, o Seminário Nacional Serviço Social e Organização Sindical foi realizado pelo CFESS e CRESS-RJ, nos dias 30 e 31/10, na cidade do Rio de Janeiro. Mais de 300 assistentes sociais de todo o Brasil participaram e cerca de 1800 acessaram a transmissão *online*.



Seminário promoveu debate democrático sobre questões sindicais

O Seminário evidenciou a importância do Conjunto CFESS/CRESS realizar este debate. Afinal, a garantia da qualidade do serviço prestado à população depende, em grande medida, das condições de trabalho dos profissionais. E a história nos ensina que a melhoria dessas condições só pode ser alcançada pela organização dos trabalhadores, enquanto classe. Esta é uma função primordial da organização sindical. Muitas vezes, por falta de conhecimento sobre essa organização sindical, assistentes sociais dirigem-se aos conselhos com demandas que não podem ser atendidas por estes.

Comissões temáticas e Seccionais em ação

Todas as comissões temáticas do Conselho produziram ações importantes junto à categoria. Além dos debates promovidos pelas diversas comissões – educação; direito à cidade; direitos humanos; assistência social; previdência; sociojurídica; formação profissional; gênero, etnia e diversidade sexual; saúde; comunicação – ao longo do mês de maio foram oferecidos 54 minicursos e 5 seminários estaduais descentralizados, nas cidades do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Volta Redonda e Campos.

No final do ano, foi criada a Comissão de Serviço Social em Empresa, num Seminário realizado na UERJ, com 120 participantes.

Nas Seccionais, entre as diversas atividades realizadas, houve o III Seminário do SUAS, em Campos, e a criação da Comissão de Assistência Social, em Volta Redonda. As Seccionais também foram protagonistas em diferentes ações de denúncia contra a precarização das condições de trabalho de assistentes sociais.

Outras ações de aproximação com a categoria

Em 2012, o CRESS-RJ, através da Comissão de Inscrição, passou a realizar, mensalmente, cerimônia de entrega dos títulos aos novos assistentes sociais – quando recebem as carteiras e cédulas profissionais. Além de um importante espaço para os novos profissionais se conhecerem, a cerimônia tem se mostrado uma

oportunidade rica para o debate sobre as prerrogativas do Conselho e as atribuições e compromissos ético-políticos da profissão.

Nos meses de junho e julho foram realizados dois Encontros CRESS/Seccionais, em Volta Redonda e em Campos dos Goytacazes, sobre a participação de assistentes sociais nos espaços de controle social.

Mantendo a política de articulação com as entidades da categoria (ABEPSS e ENESSO), o CRESS-RJ produziu folder sobre Estágio em Serviço Social – dado o crescente número de denúncias que chegam à COFI (Comissão de Orientação e Fiscalização) sobre irregularidades em campos de estágio. O público-alvo do material são os estudantes de Serviço Social, mas a repercussão do material tem sido grande também entre profissionais.

Participação em outros eventos do Conjunto CFESS/CRESS

Conselheiros, assistentes sociais da base e funcionários do CRESS-RJ participaram de uma série de eventos promovidos pelo Conjunto. Entre eles, eventos do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, Seminário Nacional de Serviço Social e Educação, Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos e o Seminário Nacional sobre atuação interdisciplinar no sistema penitenciário. O Rio de Janeiro ainda participou do Fórum Regional das COFIs e sediou o 41º Encontro Descentralizado da Região Sudeste e o Fórum Regional das Comissões Permanentes de Ética.

Compromisso com a transformação da sociedade

Atento ao compromisso ético-político do Serviço Social com a garantia de direitos, o CRESS-RJ tem apoiado diversos movimentos sociais. Nesta perspectiva, o Conselho participa dos seguintes fóruns e frentes estaduais: Fórum de Saúde, Frente de Drogas e Direitos Humanos, Fórum de Saúde no Sistema Penitenciário, Fórum dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Fórum de População Adulta de Rua. Iniciamos também uma aproximação com o Fórum do Idoso e o Fórum em Defesa da Escola Pública, rearticulados em 2012. Além disso, temos assento em diversos conselhos estaduais e municipais de direitos e políticas; comitês permanentes e grupos de trabalho de âmbito estadual.

A luta pela implementação das 30 horas em diversos espaços sócio-ocupacionais, além de diversos atos

2013 Desafios crescentes para quem luta por direitos

A primeira meta, para 2013, é manter e aprofundar conquistas, como formação continuada, interiorização da atuação e aproximação do cotidiano dos profissionais de Serviço Social. Também daremos continuidade ao esforço para agilizar os processos éticos, que dependem de assistentes sociais de base para seu andamento e conclusão, mantendo a política de mobilização e capacitação permanente dos profissionais que compõem as Comissões de Instrução de Processos Éticos.

Para o ano que vem, há o projeto de um novo site, já em andamento, e a criação de novas publicações que contribuam para a formação continuada e orientação dos assistentes sociais. O Praxis também ganhará novo formato, mais leve e agradável. Por fim, o trabalho de assessoria de imprensa, para tentar aumentar espaços na mídia externa, está sendo sistematizado, na busca de ampliar nossa voz.

O ano que está terminando não foi fácil para quem trabalha com o compromisso de garantir e ampliar o acesso da população aos seus direitos. Os megaempreendimentos que têm expulsado as pessoas de suas casas, imposto condições de trabalho aviltantes para os trabalhadores, incluindo assistentes sociais, têm colocado grandes dificuldades para a atuação profissional no campo do Serviço Social.

Por outro lado, a política de privatização e repressão policial dos governos, combinadas ao desrespeito aos direitos e às leis, têm demonstrado a necessidade de maior organização e luta da população.

A proximidade dos megaeventos sugere o aprofundamento da violência do Estado contra a população, para 2013. Focos de resistência e ofensivas têm surgido (mesmo que pontuais), prometendo muita luta e o aumento das perspectivas de organização popular.

Este quadro coloca desafios para todos os trabalhadores do estado. Mas, para os assistentes sociais, cujo compromisso profissional está diretamente ligado à garantia dos direitos, o desafio é duplo. Trata-se de defender seus direitos, como trabalhador, através das organizações próprias à luta sindical. Mas trata-se, também, de posicionar-se, em sua atuação profissional, de preferência coletivamente, para resistir aos ataques dos governos contra os direitos. Pois temos o dever profissional de contribuir para que o cidadão os acesse.

O acirramento da tensão, no próximo ano, deixará pouco espaço para posições dúbias, que tenham a ilusão de que é possível trabalhar sem envolver-se no conflito. O muro está desabando e será inevitável escolher um lado. Omitir-se significa escolher o lado mais forte e brutal. De acordo com nosso código de ética, o único lado possível para o assistente social é o da população que luta por seus direitos.

públicos, compuseram a agenda política do Conselho este ano. Apenas articulados com outros sujeitos coletivos podemos alcançar conquistas em nossas lutas.

A infraestrutura necessária

Para realizar tantas ações, diante da demanda crescente de uma categoria que aumenta e se interioriza rapidamente, o Conselho precisou aumentar seu quadro de funcionários. Desde agentes fiscais até funcionários técnicos e administrativos. Também foram necessários alguns investimentos em infraestrutura, como computadores

e móveis ergonômicos. Para 2013, o CRESS planeja a construção de uma política de recursos humanos, junto com os funcionários do Conselho, além de implantar a jornada de 30 horas semanais.

Também em 2012, o CRESS realizou campanha de combate à inadimplência, realizando acordos com os profissionais em débito, de modo a possibilitar a receita orçamentária necessária para tantas ações.



Investimentos em comunicação

A comunicação é fundamental para aproximar o Conselho da categoria, potencializando as ações de orientação e fiscalização e melhorando a visibilidade da profissão. Neste sentido, o CRESS-RJ tem investido na sua melhoria. Alguns resultados, como o tratamento mais jornalístico das matérias do Praxis e maior agilidade do site, já podem ser percebidos.

Também temos conquistado mais espaço na mídia comercial para apresentar a visão da profissão sobre assuntos em pauta, como o depoimento especial de crianças, o reconhecimento do nome social nos documentos do CRESS e, com grande destaque, a política de drogas e população de rua.

Manifestação contra o ato médico no Largo da Carioca: ação conjunta com outros conselhos profissionais em defesa do direito à saúde



Orientação e Fiscalização

Desafios do crescimento e desregulamentação do mercado de trabalho do Serviço Social em 2012

Dados do CFESS mostram que, em 2001, havia 60 mil assistentes sociais com registro ativo em dia no país. Em 2012, este número chega a quase 112 mil. Um crescimento de quase 100%. Mas não se trata de crescimento linear. Em 2006, havia 65 mil assistentes sociais registrados. Um acréscimo de 8% em cinco anos. Nos seis anos seguintes, o crescimento foi de mais de 100%. No Rio de Janeiro, de 2001 a 2012, o número de registros ativos cresceu aproximadamente 50%, enquanto o número de agentes fiscais permaneceu o mesmo. O crescimento da oferta de emprego se deve, principalmente, à ampliação das políticas de assistência social, em nível nacional.

Só o crescimento numérico da categoria já sugere a necessidade de ampliação do trabalho da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI). Este ano, o CRESS-RJ contratou mais dois agentes fiscais, ampliando os plantões e as visitas aos locais de trabalho. A partir do segundo semestre deste ano, os plantões de atendimento, na sede do Conselho, passaram de dois para quatro dias por semana. Também está sendo implantada a COFI da Seccional de Volta Redonda.

Mas a demanda pelo trabalho de orientação e fiscalização não cresceu apenas quantitativamente. Desde os anos 1990, a desregulamentação das relações de trabalho refletiu na precarização das formas de contratação e na flexibilização das atribuições profissionais. A ampliação das políticas de assistência social, ao longo dos anos 2000, foi marcada por contratos de trabalho precários. A isso, somam-se as iniciativas de privatização da gestão da saúde pública, o repasse de serviços que deveriam ser públicos para organizações filantrópicas da sociedade civil e as licitações para trabalhos técnico-sociais.

Garantir a qualidade do serviço prestado à população, exercendo a autonomia profissional relativa, numa situação de precarização e flexibilização das condições de trabalho, “exige mais habilidade do assistente social”, avalia Elias Azevedo, agente fiscal do CRESS-RJ. Com isso, a orientação e fiscalização do CRESS-RJ é mais exigida. Por isso, também houve uma reorganização deste setor, com a contratação de funcionário de apoio administrativo e disponibilização de um carro para visitas programadas e de fiscalização, de modo a agilizar o trabalho dos agentes fiscais.

Integração entre COFI e comissões temáticas

Este ano, a Comissão de Orientação e Fiscalização

passou a ser integrada também por assistentes sociais de base, membros das comissões temáticas. “Embora a participação de assistentes sociais de base esteja prevista no regimento do Conselho, só nesta gestão isso realmente se efetivou”, explica Elias. Com isso, ampliou-se a capacidade da COFI interferir nos debates das comissões temáticas e vice-versa.

“A iniciativa deu à COFI condições de conhecer melhor os dilemas do exercício profissional nas diversas áreas de atuação”, afirma a conselheira Sílvia Dabdab, também membro da COFI. “Além de potencializar o trabalho dos agentes fiscais, provoca as comissões temáticas a se debruçarem sobre as questões do exercício profissional, a partir dos dados coletados pela COFI”, conclui.

Orientação na supervisão de estágio

A conjuntura exige dos assistentes sociais formação ética e profissional mais consistente. Mas a ampliação da oferta de cursos de graduação em Serviço Social se deu, em boa parte, acompanhada da queda na qualidade do ensino oferecido. Em nível nacional, o número de cursos, presenciais e à distância, cresceu de 332, em 2003, para 537, em 2009.

A documentação das unidades de ensino sobre campos de estágio, recebida anualmente pela COFI, evidenciou sinais de irregularidade em campos de estágio. Foi necessário, portanto, ampliar o trabalho de orientação e fiscalização dos campos de estágio. Cresceu

o número de visitas de fiscalização, bem como de ações de orientação.

A ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e Serviço Social) realizou o Fórum Estadual sobre Supervisão de Estágio, que contou com o apoio do CRESS-RJ, através da Comissão de Formação Profissional, onde apresentou várias irregularidades levantadas pela COFI sobre supervisão de estágio. Também se produziu folder com as orientações sobre regulamentação do estágio voltado para estudantes de Serviço Social, disponível em: <http://cressrj.org.br/download/arquivos/forumestagio.pdf>.

Foco na orientação à categoria

As visitas programadas, cujo objetivo é levantar as condições gerais de funcionamento de determinado setor de atuação de assistentes sociais, são importante instrumento de orientação profissional. A partir dessas visitas é possível atuar de forma mais profunda, identificando alguns problemas da instituição, das relações de trabalho e também da atuação dos próprios profissionais, de modo a contribuir para a elaboração coletiva de respostas que melhorem a qualidade do serviço oferecido.

Neste ano, a COFI realizou alguns eventos de devolução do resultado dessas visitas. O evento com assistentes sociais dos CRAS da cidade do Rio foi realizado em fevereiro, no SINDSPREV, em articulação com a Comissão de Assistência Social do CRESS-RJ. Já em conjunto com a comissão sociojurídica do Conselho, foi realizado um evento de devolução na sede do SindJustiça com assistentes sociais da SEAP (Secretaria Estadual de Administração Penitenciária). Também foi realizado evento com assistentes sociais das UPAs, na UERJ, e o evento devolutivo, com a presença do SINDSPREV.

“Para 2013, a perspectiva é ampliação das visitas programadas”, informa Elias, que considera esta estratégia especialmente necessária diante da atual situação do exercício profissional. A ideia é definir áreas de atuação do Serviço Social a serem pesquisadas. Nessas áreas são realizadas várias visitas, de modo a levantar o perfil profissional naquele campo. O resultado é “uma visão mais global”, segundo Elias, que “contribui para a elaboração coletiva de soluções, onde o profissional se percebe mais claramente parte do processo”. A área eleita pela COFI para as visitas programadas do próximo período será a de assistência social, na qual todos os equipamentos público-estatais dos municípios serão visitados pelos agentes fiscais. ■

“Garantir a qualidade do serviço prestado à população, exercendo a autonomia profissional relativa, numa situação de precarização e flexibilização das condições de trabalho, exige mais habilidade do assistente social”

Elias Azevedo

Evento

Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

O CRESS-RJ realizará, no mês de maio, um congresso de assistentes sociais, como evento preparatório para o CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais). O I Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro será nos dias 14 e 15 de maio, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e terá o mesmo tema do CBAS: "Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais".

Profissionais e estudantes de Serviço Social poderão inscrever seus trabalhos até o dia 8 de março. Os trabalhos selecionados serão apresentados oralmente e publicados em meio digital. Em cada sessão temática um trabalho sorteado receberá ajuda de custo do CRESS-RJ para participação no CBAS. As inscrições custarão R\$ 30,00 para graduados e R\$ 15,00 para graduandos.

Site do CRESS-RJ www.cressrj.org.br

PROGRAMAÇÃO

14 de maio (terça-feira)

Manhã: abertura e mesa - "A defesa do projeto ético-político do Serviço Social diante da crise do capital e das políticas sociais: competências, atribuições privativas e o papel das resoluções do Conjunto CFESS/CRESS"

Tarde: apresentação de trabalhos

15 de maio (quarta-feira)

Manhã: apresentação de trabalhos

Tarde: mesa - "Condições de trabalho na contemporaneidade, exercício profissional e o significado ético-político do sigilo profissional"

Encerramento e confraternização pelo Mês do Assistente Social

CBAS será em outubro, em Águas de Lindóia

O 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) acontecerá entre os dias 14 e 18 de outubro, na cidade de Águas de Lindóia, São Paulo, com o tema "Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social". O CBAS é o maior evento do Serviço Social brasileiro e, a cada versão, cresce o número de artigos inscritos, fruto de pesquisas e relatos de experiências profissionais. Além de apresentação de trabalhos, o 14º CBAS também terá conferências, mesas-redondas, plenárias simultâneas e atividades culturais.

As inscrições podem ser feitas a partir de 31 de janeiro 2013 e custam 460 reais para profissionais e 165 reais para estudantes. Podem ser feitas até a data do Congresso, mas o valor aumenta com a proximidade do evento. O prazo para envio de trabalhos é dia 10 de abril de 2013.

Site do CBAS www.cbas2013.com.br

NORMAS PARA ENVIO DE TRABALHOS (apenas comunicação oral)

- Prazo para inscrição de trabalhos: dia 8 de março de 2013 até 23h59 (horário de Brasília).
- Os trabalhos devem ser inéditos e poderão ter até dez autores, sendo que cada autor só poderá inscrever um trabalho, seja ele individual ou coletivo. Os trabalhos devem ser enviados pelo e-mail congresso.trabalhos@cressrj.org.br e deverão conter três arquivos, todos em PDF:

Arquivo 1: denominado **folha de rosto**, deve conter, nesta ordem:

1. título do trabalho
2. nome completo de cada autor
3. CPF de cada autor
4. instituição(ões) a qual se vincula cada autor (se houver)
5. sessão temática em que pretende-se apresentar o trabalho
6. identificação de cada autor (se graduado ou graduando em Serviço Social ou outra área de conhecimento)
7. telefone(s)
8. e-mail(s)

Arquivo 2: denominado **conteúdo do trabalho**, deve seguir os seguintes critérios:

1. respeitar as normas vigentes da ABNT;
2. ter entre 5 e 10 laudas (incluindo ilustrações,

gráficos, tabelas – se houver - e referências bibliográficas citadas no trabalho), em papel A4, fonte arial 11, margens superior e esquerda 3, inferior e direita 2, espaço 1,5 entrelinhas e justificado;

3. para citações de mais de três linhas: afastamento de 4,0 cm, espaço simples, fonte arial 9;
4. para notas de rodapé: espaço simples, fonte times new roman 9, justificado;
5. a primeira página do texto deverá incluir, de forma centralizada, o título do trabalho em letra maiúscula e negrito, o RESUMO de até uma lauda, com a indicação de três palavras-chave.

ATENÇÃO: os trabalhos que tiverem qualquer forma de identificação do autor no arquivo 2, ou estiverem fora do limite de páginas e demais critérios estabelecidos, serão automaticamente recusados.

Arquivo 3: denominado **íntegra do trabalho**, contendo os conteúdos dos dois arquivos anteriores.

SESSÕES TEMÁTICAS

As sessões temáticas serão organizadas a partir das comissões temáticas do CRESS-RJ, e contarão com um avaliador convidado. São elas:

- Direitos Humanos
- Ética Profissional
- Saúde
- Assistência Social
- Sociojurídica
- Formação Profissional
- Comunicação e Cultura
- Empresa
- Gênero, Etnia e Diversidade Sexual
- Direito à Cidade
- Educação

A sistematização da prática é fundamental para a qualificação do trabalho profissional na perspectiva da defesa de nosso projeto ético-político. Assim, a proposta principal das sessões temáticas é dar aos assistentes sociais a possibilidade de publicarem e apresentarem suas reflexões a partir das experiências profissionais, articuladas com as áreas temáticas.

PUBLICAÇÃO E APRESENTAÇÃO

Os trabalhos enviados serão apreciados por um parecerista externo à direção do CRESS, que indicará sua aprovação ou não.

Os trabalhos só serão publicados se ao menos um autor estiver inscrito no Congresso.

No que se refere a autores graduados em Serviço Social (independentemente de sua inscrição no evento) é necessário, ainda, estar em dia com as anuidades do CRESS até o ano de 2012, exceto para graduados que não estejam exercendo a profissão, o que dispensa temporariamente a necessidade de registro no Conselho. Profissionais de outros estados que inscrevam trabalho para o evento, autorizam, automaticamente, o CRESS-RJ a consultar sua situação junto ao CRESS de origem.

Profissionais com outras graduações poderão inscrever trabalho, desde que em coautoria com assistente social e/ou estudante de Serviço Social.

Os trabalhos aprovados **não** passarão por revisão gramatical e ortográfica para publicação.

A dinâmica de apresentação dos trabalhos será definida pela comissão organizadora. Data, local e horário de apresentação serão divulgados pelo site do Conselho Regional de Serviço Social.

Seccionais

Campos



15 anos de defesa da educação pública e gratuita

O Serviço Social na Educação, em Campos, foi criado através da Lei Municipal nº 6.462, de 11 de novembro de 1997. Em junho de 1999, o Serviço Social Escolar (assim denominado à época) foi implantado na Secretaria Municipal de Educação de Campos.

A contribuição do Serviço Social na educação

Quatro assistentes sociais e uma gerente formaram a primeira equipe do Serviço Social na educação de Campos. Sua primeira tarefa foi traçar o perfil dos alunos que faziam parte do Programa de Bolsa de Estudos da Prefeitura, um convênio firmado com escolas da rede particular para o Ensino Fundamental.

Com esses dados, foram elaborados os instrumentos e o projeto de trabalho. Apresentava-se ao Serviço Social o desafio de atuar numa área em que havia pouca experiência e material teórico-metodológico específico.

Em 2000, iniciou-se a distribuição dos profissionais por escolas, possibilitando maior conhecimento da realidade, através da identificação das demandas. Com isso, a equipe identificou áreas de intervenção possíveis.

Em 2001, a Gerência de Serviço Social Escolar passou a atuar no Programa de Bolsa de Estudos, no atendimento às escolas e às creches que até então pertenciam à Fundação Municipal da Infância e Juventude e na Bolsa Escola.

À medida que o trabalho do Serviço Social ganhava visibilidade, surgiam novas questões nas unidades escolares, demandando ampliação da equipe. Assim, em 2003, foi realizado concurso público para a Secretaria de Educação, com vagas para assistentes sociais, psicólogos, psicólogos-psicopedagogos e fonoaudiólogos.

Em 2007, a educação contava com equipe multiprofissional composta de 60 assistentes sociais, 13 fonoaudiólogos, 18 psicólogos, 8 psicólogos-psicopedagogos, 26 técnicos administrativos e 21 estagiários (Serviço Social, Psicologia e Pedagogia), para atuar nas unidades escolares (Escolas e Creches Municipais).

Atualmente, são 70 assistentes sociais que atuam nas 164 escolas, com 42.923 alunos; 78 creches, com 8.585 alunos e programas de bolsas de estudo do ensino fundamental e superior.

Atuação da Comissão de Educação

Ao longo deste período, a Seccional do CRESS-RJ tem tido papel fundamental no apoio às muitas lutas dos profissionais da educação. Através da Comissão de Educação tem se discutido e buscado estratégias para uma intervenção profissional pautada no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação, na Lei de Diretrizes e Bases e demais legislações sociais, visando uma intervenção comprometida com os direitos de crianças, adolescentes, jovens e adultos ao acesso e permanência numa educação pública, gratuita e laica.

Enfim, trabalhamos em defesa de uma política educacional de qualidade, ampliando a concepção de processo pedagógico e compondo um trabalho coletivo que vise a autonomia crítica dos sujeitos.

Volta Redonda



Precarização do trabalho prejudica supervisão de estágio no Serviço Social

Nos últimos dez anos a oferta de frentes de trabalho para o profissional de Serviço Social cresceu consideravelmente na região Sul Fluminense. Mas isso não significa, infelizmente, melhores condições de trabalho e remuneração. Pelo contrário: a precarização (e isso não é "privilégio" de assistentes sociais) só tem aumentado.

A oferta de mão de obra na região também cresceu com a instalação, no mesmo período, de universidades particulares e pólos de ensino à distância na região.

Tomando por referência o município de Volta Redonda, temos um quadro da situação da região. Atuam, hoje, na política de assistência social do município, doze assistentes sociais estatutários e cerca de 40 contratados através de diversas formas de contratação, entre elas RPA (Recibo de Pagamento de Autônomo). Com esses 52 profissionais, há cerca de uma centena de estagiários.

Supervisionar estágio é atribuição privativa do assistente social, sendo mais uma realidade do trabalho profissional. Assistentes sociais têm enfrentado muitos desafios que fragmentam esse trabalho. A grande rotatividade entre os contratados é um exemplo. A supervisão do estágio e, conseqüentemente, a formação de novos profissionais, acaba sendo comprometida.

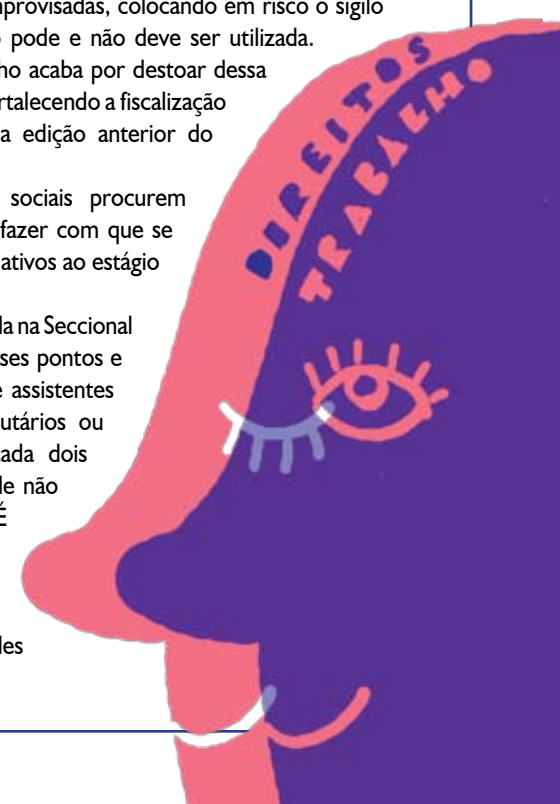
Na região da Seccional de Volta Redonda a assistência social é a área que mais tem se constituído como campo de estágio: é neste cenário que precisamos refletir e buscar respostas para esses impasses.

A precariedade dos vínculos profissionais é tamanha que não são poucos os exemplos de assistentes sociais que ficam apenas dois ou três meses na função. Além de prejudicar o atendimento à população, esse processo também interfere de maneira negativa no estágio. Troca-se de supervisor mais de uma vez no mesmo semestre, sem que o trabalho pedagógico tenha sido concluído.

Soma-se a isso as condições adversas para o exercício profissional, já que algumas salas de atendimentos são improvisadas, colocando em risco o sigilo profissional. Uma sala sem sigilo não pode e não deve ser utilizada. Mas a realidade dos postos de trabalho acaba por destoar dessa exigência. Por isso, o CRESS-RJ está fortalecendo a fiscalização na região, como já foi anunciado na edição anterior do Praxis.

É fundamental que assistentes sociais procurem legitimar e fortalecer seu trabalho e fazer com que se cumpram todos os procedimentos relativos ao estágio e a seu próprio exercício profissional.

A Comissão de Assistência instituída na Seccional em abril de 2012 vem trabalhando esses pontos e tentando incentivar a participação de assistentes sociais como um todo, sejam estatutários ou não. Os encontros acontecem a cada dois meses. Para que o cenário atual mude não bastam portarias e fiscalização. É necessária uma mudança de postura e de atitude de todos os envolvidos nesses processos: CRESS, ABEPSS, estudantes, profissionais, universidades e instituições empregadoras.



TRABALHO E DIREITOS A LUTA NÃO PARA!

Outras ações do CRESS-RJ

Fórum Regional das Comissões Permanentes de Ética: dia 15/11, o CRESS-RJ sediou a primeira reunião dos representantes das Comissões de Ética dos CRESS de MG, ES e SP. O objetivo foi criar um fórum regional para trocar experiências.

Apresentação do CRESS-RJ para alunos da UNESA: dia 7/11 houve palestra para alunos da Universidade Estácio de Sá, no auditório do CRESS, sobre o que é o Serviço Social e o papel do Conselho.

Oficina sobre trabalho técnico-social: a Comissão de Direito à Cidade do CRESS-RJ realizou atividade que discutiu as contribuições dos assistentes sociais do estado para a Portaria do Ministério das Cidades que estabelece normas e orienta a elaboração, contratação e a execução do Trabalho Social nas intervenções de habitação e saneamento. A oficina ocorreu dia 21/11, no auditório do Conselho.

Ciclo de debates sobre direito à cidade: a Comissão de Direito à Cidade do CRESS-RJ organizou, dia 29/11, o debate "Acesso ao urbano e a contribuição dos assistentes sociais".

Ciclo de debates da Comissão de Assistência Social: A Comissão realizou, dia 24/11, o debate "Ação combinada para atenção a usuários de álcool e outras drogas", com a presença de assistentes sociais que relataram experiências profissionais no âmbito da política de assistência social.

Reuniões dos núcleos recém-criados: conselheiros do CRESS-RJ (da sede e seccionais) acompanharam as primeiras reuniões dos núcleos de assistentes sociais no interior do estado.

Recepção de novas Comissões de Instrução de Processos Éticos: a Comissão Permanente de Ética realizou evento, dia 6/11, de recepção a assistentes sociais que se disponibilizaram a compor as comissões que instruem os processos éticos em andamento no CRESS-RJ.

Direitos humanos, criminalização da pobreza e Serviço Social: esse foi o tema da mesa que contou com a participação do CRESS-RJ, dia 27/10, na UNIGRANRIO, em Duque de Caxias.

ENPESS: o CRESS-RJ esteve presente no XX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, em Juiz de Fora/MG, no período de 4 a 8/11. No dia 9/11, ocorreu a Assembleia Nacional da ABEPSS, momento em que foi eleita a nova direção da entidade nacional e suas representações regionais, incluindo a ABEPSS-Leste, que engloba nosso estado. A nova gestão toma posse em janeiro de 2013.

Audiência pública sobre uso de drogas na ALERJ: o CRESS-RJ e diversas outras entidades compuseram a mesa da audiência pública convocada pela Comissão de Prevenção ao Uso de Drogas, presidida pela deputada estadual Rosângela



Sociedade dá cartão vermelho para obras no complexo do Maracanã

Campos. No debate, o Conselho posicionou-se a favor da política de redução de danos, e contra a política de recolhimento compulsório. Defendeu ainda a efetivação da Política Nacional de Drogas, através de equipamentos públicos que visam o tratamento dos usuários nocivos de drogas, contra a política de repasse da execução das políticas para comunidades terapêuticas, consideradas um retrocesso no âmbito das conquistas da reforma psiquiátrica.

Sistema prisional: dia 9/11, o CRESS-RJ participou do Seminário "A atuação interdisciplinar no sistema prisional brasileiro: desafios e perspectivas", realizado em Brasília/DF pelo CFESS, Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP/MJ) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen/MJ). No evento, o CRESS-RJ denunciou a política de encarceramento que vem crescendo no estado do Rio, em detrimento das condições de trabalho dos assistentes sociais. Também se posicionou contra as requisições ao Serviço Social que violam direitos da população carcerária e suas famílias.

Curso "Ética em Movimento": o CRESS-RJ, enviou dois representantes (um conselheiro e um agente fiscal) para a XX edição do curso realizada pelo CFESS, entre os dias 24/11 e 1/12, em Florianópolis/SC. O projeto de multiplicação do curso em nosso estado será apresentado pelos participantes até fevereiro de 2013.

Projeto CEDECA - drogas e direitos humanos: a convite do Centro de Defesa de Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro, a assistente social Elza Velloso, da Comissão de Direitos Humanos assumiu a representação do CRESS-RJ em projeto que visa conhecer a realidade social das crianças e adolescentes que vêm sendo submetidas à política de recolhimento e internação compulsória na cidade do Rio.

IV Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: o CRESS-RJ participou da mesa do dia 23/11 no evento realizado na UERJ. O tema discutido foi "Direitos humanos e a questão da violência contra crianças e adolescentes na América Latina". O Conselho

defendeu o direito de crianças serem ouvidas judicialmente, e não obrigadas a depor nas salas de depoimento especial.

Fundações estatais: dia 28/11 o CRESS-RJ participou da reunião dos servidores do HEMORIO, que discutiram estratégias de enfrentamento à tentativa de privatização da saúde pública através das fundações. Na ocasião, o Conselho comprometeu-se a buscar outros conselhos profissionais da área de saúde contrários à política em curso.

Audiência pública sobre as obras no complexo do Maracanã: o CRESS-RJ esteve presente na atividade do dia 8/11, no Galpão da Cidadania, na cidade do Rio. A audiência discutiu a proposta de demolição do estádio Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare, além do Museu do Índio e da Escola Municipal Friedenreich. Na audiência, foi cobrado do governo do estado mais respeito com a população do Rio de Janeiro, que merece um parque público, em vez de demolições.

30 horas na Prefeitura do Rio: o CRESS-RJ e diversos assistentes sociais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro reuniram-se, mais uma vez, com o Vereador Adilson Pires, eleito vice-prefeito da cidade, reivindicando o cumprimento imediato da Lei das 30 horas semanais para assistentes sociais.

Defesa do curso de Serviço Social da UNIRIO: o CRESS-RJ somou-se às manifestações de apoio ao movimento de docentes e alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro, em defesa das condições adequadas para o funcionamento do curso. No dia 14/11, o Conselho e a ABEPSS tentaram participar de audiência com a reitoria, mas não foram recebidos. A proposta era defender o investimento em formação profissional de qualidade, com ampliação do quadro docente, espaços adequados, garantia de projetos de pesquisa e extensão e condições de acesso aos estudantes.

Recolhimento compulsório na mídia: em novembro, CRESS-RJ deu diversas entrevistas a veículos de comunicação, denunciando a política higienista de recolhimento compulsório de crianças e adolescentes supostamente usuários de crack, defendendo garantia integral dos direitos humanos, incluindo o tratamento de saúde adequado. Também assinou, com as demais entidades da Frente Estadual de Drogas e Direitos Humanos, carta de repúdio após o anúncio da Prefeitura de estender à população adulta as ações de recolhimento e internação compulsórias.

Veja entrevista do CRESS sobre Serviço Social, remoções e despejos, gravada durante o Colóquio Internacional "Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais", em agosto de 2012, na UFRJ: www.youtube.com em "Charles Toniolo Entrevista".

VI Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social

Uma iniciativa que valoriza o jornalismo e o Serviço Social



O artigo 4º do código de ética do jornalista diz que seu compromisso fundamental é com a verdade. Mas qual verdade? O jornalista não tem acesso à Verdade que teólogos e filósofos buscam. A verdade do jornalismo é um campo de disputa de poder permanente. Qual a verdade sobre o Serviço Social? Qual a verdade sobre a população em situação de rua? O compromisso do jornalista é com a disputa de pontos de vista. Por isso, o prêmio “Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social” incentiva o jornalismo que trabalha a favor da verdade defendida pelo Serviço Social.

Assim como assistentes sociais lutam, diariamente, para fazer valer sua autonomia e compromisso profissionais, mesmo em condições desfavoráveis, muitos jornalistas fazem o mesmo.

O Prêmio Visibilidade é um instrumento de intervenção nesta luta, a favor da verdade que fortalece o trabalho de assistentes sociais comprometidos com os valores ético-políticos da profissão.

Onde estão os assistentes sociais?

Na última edição, apenas dois trabalhos de Serviço Social se inscreveram. Nas últimas edições do Prêmio, poucos trabalhos enviados cumpriam os critérios. Onde estão os relatos de experiência profissional de assistentes sociais ou equipes de Serviço Social que obtiveram visibilidade adequada para a profissão? Por que não se inscrevem?

Precisamos refletir. Quem acompanha o Serviço Social brasileiro e fluminense, nos últimos anos, sabe que há boas histórias de intervenção de assistentes sociais – sozinhos, em equipes profissionais ou multidisciplinares – que receberam resposta da comunidade, seja em pequenas notícias na imprensa ou em popularidade no território de atuação. Isso é visibilidade.

A principal tarefa do Prêmio Visibilidade é disputar a imagem social em torno da profissão. Temos o que dizer sobre as políticas em que atuamos. Podemos contribuir para a análise crítica e profunda dos fenômenos sociais. Isso se fará à medida que soubermos ampliar a visibilidade de nossas ações profissionais e de seus resultados.

É importante fazer nosso trabalho bem feito. Mas também é fundamental buscar o reconhecimento social deste trabalho. A valorização de nossa atuação profissional tem repercussão direta em nossas condições de trabalho.

OS PREMIADOS DE 2012



1º Lugar • reportagem escrita

Tatiana Lima • Ideias em Revista, do Sindicato dos Servidores da Justiça Federal

Matéria: *Remoções de moradores abrem espaços para a Copa e as Olimpíadas*

“Fiquei muito contente mesmo em receber este prêmio”, afirmou Tatiana, com a voz embargada, durante a cerimônia do dia 30 de novembro, no CRESS-RJ. “Eu demorei três meses apurando esta matéria, e meu editor disse que ela só seria publicada se o Bittar (Secretário de Habitação) fosse ouvido.”

Finalmente a entrevista saiu e Tatiana ainda conseguiu que o Secretário de Habitação do município do Rio reconhecesse a existência de atos de brutalidade da Prefeitura nos processos de remoção.

Além do troféu e do reconhecimento, Tatiana recebeu um prêmio de R\$ 2 mil em dinheiro. O número da Ideia em Revista publicado após a entrega do Prêmio trouxe matéria sobre o evento.

Tatiana também conquistou o 4º lugar, com a matéria “Um dia numa Deam”, que revela que violência contra a mulher ainda é comum, também na Ideias em Revista.



2º Lugar • reportagem escrita

Hélio Euclides • jornal Maré de Notícias, da Rede Maré

Matéria: *Gente pra baixo do tapete*

A matéria denuncia a política da Prefeitura do Rio de esconder a população de rua, em vez de oferecer políticas de assistência social e de saúde.

Hélio, que ficou com o 1º lugar no ano passado, trouxe seu discurso impresso. Para ele, o prêmio “é um incentivo à qualidade na escrita, em relação aos textos jornalísticos. É claro que a cada ano as matérias se superam, e esse prêmio contribui para esse quadro. Só posso falar: continuem com esse Oscar da ética profissional”. Hélio aproveitou, ainda, para parabenizar o Serviço Social por ter um conselho profissional atuante, lamentando o fato dos jornalistas ainda não terem o seu.

3º Lugar • reportagem escrita

Danielle Kiffer • revista FAPERJ

Matéria: *Conhecer o passado para cuidar do futuro*

A matéria trata de uma pesquisa sobre as formas de comunicação em campanhas de conscientização sobre o

câncer. A felicidade ficou estampada no rosto de Danielle e de vários colegas de redação que a prestigiaram no evento. O pai também marcou presença. Danielle recebeu R\$ 400 em dinheiro.

5º Lugar • reportagem escrita

Katerine Flor da Costa • Jornal do Engenheiro

Matéria: *Obra da prefeitura ameaça 450 famílias*

hors concours

Maria Luísa de Melo • Jornal do Brasil Online

Matéria: *CAPS combate o crack de forma eficaz sem internação compulsória*



O prêmio *hors concours* é dado a matérias que não foram inscritas, mas publicadas no mesmo período, e recebem indicação de premiação. Na matéria, a repórter conta que “profissionais veem a política adotada por Eduardo Paes no Rio de Janeiro como ‘higienização’”.

Maria Luísa expressou alegria com o prêmio e afirmou que no Jornal do Brasil há espaço para matérias deste tipo. Muitas vezes, porém, é difícil obter informações confiáveis para este tipo de matéria. Fica a dica para os assistentes sociais, que muitas vezes podem ser fontes preciosas para o jornalista.

Todas as reportagens podem ser lidas a partir de nosso site, na notícia” 6º Prêmio Visibilidade – Os vencedores”: http://cressrj.org.br/2noticias_res.php?recordID=1428

Rádio: Apenas dois trabalhos foram finalistas, ambos produzidos pela equipe da Agência Pulsar, também vencedora da quinta edição. Este ano, a equipe era formada por Andreas Behn, Gilka Resende, Livia Duarte, Luiza Cliente e Katerine Flor (que também foi premiada na categoria escrita este ano). As matérias foram *Programa valoriza agricultura familiar e fortalece economias locais* (primeira colocada) e *Quebradeiras de coco lutam pela aprovação da Lei do Babaçu Livre* (segunda colocada). Para ouvir as reportagens, acesse <http://www.brasil.agenciapulsar.org>.

